

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos tempos, o tecido empresarial português, em particular o setor industrial, tem sido marcado por um aumento significativo de encerramento de empresas, com efeitos profundos nas economias locais e regionais.

O alastramento desta situação reflete-se, conseqüentemente, na perda de postos de trabalho, na deterioração do poder de compra das populações locais e no enfraquecimento do tecido produtivo de várias regiões do país.

Assim, a tendência de crescimento de insolvências mantém-se transversal a vários ramos da atividade industrial e este contexto de fragilidade tem impacto profundo nas comunidades.

A fábrica da Tupperware, localizada em Montalvo, no concelho de Constância, é um exemplo paradigmático desta realidade. Ao longo de mais de quatro décadas, esta unidade industrial assumiu-se como um pilar fundamental da economia local, gerando emprego direto e indireto, garantindo rendimentos a inúmeras famílias, dinamizando o comércio e contribuindo para a estabilidade social da região.

Tendo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomado conhecimento do encerramento previsto para 8 de janeiro de 2025, que deixará 200 trabalhadores no desemprego, não pode deixar de sublinhar a sua preocupação.

Além da perda imediata de postos de trabalho, o declínio do poder de compra resultante da situação fragiliza o comércio e os serviços a jusante, potencia dificuldades financeiras para fornecedores locais e ameaça a sustentabilidade de outras pequenas empresas, agravando o risco de um efeito dominó no tecido económico regional.

A Câmara Municipal, tendo envidado todos os esforços possíveis na procura de soluções, solicitou, inclusive, a intervenção do Governo na tentativa de prevenir o desfecho agora confirmado. À data, o Ministério da Economia assegurou estar a acompanhar a situação, sem,

no entanto, ser do conhecimento público que diligências foram tomadas.

A realidade vivida em Constância demonstra, ainda, a necessidade de uma ação urgente e coordenada entre o Governo, as autarquias e os demais agentes económicos e sociais, tendo em vista atenuar os efeitos negativos e, se possível, encontrar soluções estruturais para revitalizar o tecido industrial nacional, garantindo a manutenção de postos de trabalho, a coesão territorial e a resiliência económica regional.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que a situação em Constância exige uma intervenção urgente e em articulação direta com o setor empresarial e o poder local, com o objetivo de proteger os trabalhadores, mitigar as consequências socioeconómicas e assegurar um contexto de sustentabilidade a médio e longo prazo para a região e esta localidade em concreto. Sem um apoio adequado e célere, o risco de agravamento social, económico e territorial poderá ter consequências irreversíveis para a economia local.

Assim, e ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V. Exa., perguntar ao Ministro da Economia:

1. O Governo tomou já conhecimento da confirmação do encerramento da fábrica da Tupperware em Constância, previsto para 8 de janeiro de 2025?
2. Num passado recente, o Ministério da Economia assegurou estar a acompanhar a situação. Que diligências foram tomadas?
3. Que medidas imediatas de apoio social estão a ser implementadas para apoiar as famílias em situação de maior vulnerabilidade económica?
4. Quais as ações concretas que estão a ser tomadas para apoiar os trabalhadores no acesso ao subsídio de desemprego e para promover a requalificação e reintegração no mercado de trabalho dos trabalhadores afetados?
5. Como pretende o Governo assegurar uma comunicação clara, transparente e eficaz com as comunidades locais afetadas por encerramentos industriais, garantindo que os trabalhadores e as suas famílias estarão plenamente informados sobre os seus direitos e os recursos disponíveis?
6. Que ações concretas estão a ser implementadas pelo Governo para mitigar os impactos socioeconómicos no concelho de Constância? Estão previstas ações específicas de apoio à recolocação dos trabalhadores afetados ou a atração de novos investimentos industriais para a região?

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2024

Deputado(a)s

HUGO COSTA(PS)

ALEXANDRA LEITÃO(PS)

MARA LAGRIMINHA COELHO(PS)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.